



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS

ANEXO

MEMORIAL DESCRITIVO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ENGENHARIA PARA A REALIZAÇÃO DOS ESTUDOS/ENSAIOS COMPLEMENTARES NECESSÁRIOS À ELABORAÇÃO DOS PROJETOS DO EDIFÍCIO-SEDE DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE RIO VERDE - GO

1. OBJETIVO

1.1 O objetivo do presente memorial é descrever os estudos necessários para elaboração dos projetos de arquitetura e engenharia relativos ao Edifício-Sede da Subseção Judiciária de Rio Verde - GO.

2. LOCAL

2.1 Os serviços serão executados no terreno da Subseção Judiciária de Rio Verde - GO: Rua João Orlando Rodrigues, Quadra 11 - Residencial Jardim Europa. Rio Verde - GO.

3. DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO SERVIÇO

3.1 LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS

3.1.1 PLANIMETRIA

3.1.1.1 O levantamento planimétrico contemplará a geometria do terreno, cadastramento das construções existentes e dos pontos notáveis no entorno, como vias públicas, calçadas, postes de energia, transformadores, bocas de lobo, poços de visita, o posicionamento dos furos da sondagem geotécnica, as coordenadas do ponto central do terreno e o azimute de um de seus lados.

3.1.1.2 A área do terreno é de 6.476,54 metros quadrados conforme certidão do registro imobiliário.

3.1.1.3 Os levantamentos serão apresentados em arquivo vetorial, compatível com o software *Autodesk Autocad 2014*, ou inferior, enviados por correio eletrônico;

3.1.2 ALTIMETRIA

3.1.2.1 O levantamento altimétrico do terreno deverá ser realizado em malha ortogonal segmentada de cinco em cinco metros, permitindo a representação do terreno em perfis longitudinais e transversais, registrar os vértices das construções existentes e costas dos furos da sondagem geotécnica.

3.1.2.2 A contratada deverá elaborar no mínimo 03 (três) perfis longitudinais e 05 (cinco) perfis transversais do terreno. Os perfis deverão passar por pontos representativos do terreno e nas proximidades dos locais de execução das sondagens.

3.1.2.3 Os levantamentos serão apresentados em arquivo vetorial, compatível com o software *Autodesk Autocad 2014*, ou inferior, enviados por correio eletrônico;

3.1.3 LEGISLAÇÕES APLICADAS E ORIENTAÇÕES NORMATIVAS

- ABNT NBR 13133:1994 Versão Corrigida:1996 - Execução de levantamento topográfico.
- ABNT NBR 14166:1998 - Rede de Referência Cadastral Municipal - Procedimento.

- ABNT NBR 14645-1:2001 Versão Corrigida:2001 - Elaboração do "como construído" (*as built*) para edificações - Parte 1: Levantamento planialtimétrico e cadastral de imóvel urbanizado com área até 25000 m², para fins de estudos, projetos e edificação - Procedimento.
- ABNT NBR 14645-2:2005 - Elaboração do "como construído" (*as built*) para edificações - Parte 2: Levantamento planimétrico para registro público, para retificação de imóvel urbano - Procedimento.
- ABNT NBR 14645-3:2005 Versão Corrigida:2011 - Elaboração do "como construído" (*as built*) para edificações - Parte 3: Locação topográfica e controle dimensional da obra - Procedimento.
- ABNT NBR 15777:2009 - Convenções topográficas para cartas e plantas cadastrais - Escalas 1:10.000, 1:5.000, 1:2.000 e 1:1.000 - Procedimento.

3.2 SONDAGEM GEOTÉCNICA

3.2.1 SONDAGEM "SPT"

- 3.2.1.1 Serão executados 30 (trinta) furos distribuídos pelo terreno.
- 3.2.1.2 As sondagens SPT serão realizadas até a profundidade recomendada no item 6.4 - Critérios de Paralisação da NBR 6484.
- 3.2.1.3 A profundidade de encerramento de cada furo deverá ser informada à fiscalização antes da elaboração do relatório.
- 3.2.1.4 As sondagens serão apresentadas em relatórios característicos conforme norma, devendo constar: localização exata dos furos registrados topograficamente no levantamento planialtimétrico, cota da boca do furo e nível do lençol freático.

3.2.2 ENSAIO DE INFILTRAÇÃO/PERMEABILIDADE

- 3.2.2.1 Considerando que será necessário construir estruturas de infiltração de águas pluviais no subsolo, bem como, bacias de retenção de volumes de chuvas, se faz necessário calcular o valor do coeficiente de percolação atingido pelo terreno nos pontos apresentados.
- 3.2.2.2 Serão executados 12 (doze) furos distribuídos pelo terreno.
- 3.2.2.3 Os ensaios serão apresentadas em relatórios característicos conforme norma.

3.2.3 LEGISLAÇÕES APLICADAS E ORIENTAÇÕES NORMATIVAS

- ABNT NBR 8044:2018 - Projeto geotécnico - Procedimento.
- ABNT NBR 6484:2001 - Solo - Sondagens de simples reconhecimentos com SPT - Método de ensaio.
- ABNT NBR 8036:1983 - Programação de sondagens de simples reconhecimento do solos para fundações de edifícios - Procedimento.
- ABNT NBR 6502:1995 - Rochas e solos - Terminologia.
- ABNT NBR 13969:1997 - Tanques sépticos - Unidades de tratamento complementar e disposição final dos efluentes líquidos - Projeto, construção e operação - Anexo A.
- ABNT NBR 14545:2000 - Solo - Determinação do coeficiente de permeabilidade de solos argilosos a carga variável.
- ABNT NBR 13292:1995 - Solo - Determinação do coeficiente de permeabilidade de solos granulares à carga constante - Método de ensaio.
- ABNT NBR 6457:2016 Versão corrigida:2016 - Amostras de solo — Preparação para ensaios de compactação e ensaios de caracterização.

3.3 INVENTÁRIO FLORESTAL

3.3.1 O inventário florestal tem como finalidade subsidiar o ingresso da documentação do licenciamento ambiental e projeto paisagístico.

3.3.2 Deverá ser elaborado inventário completo de todas as árvores presentes no terreno, com base nos seguintes critérios:

- Classificação da espécie.
- Classificação pela altura.
- Raio do tronco.

- Raio de projeção da copa.
- Fotografia.

3.4 PRÁTICAS DO MANUAL DE OBRAS PÚBLICAS DA SEAP

3.4.1 A execução dos serviços deverá observar todas as disposições das Práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos Federais, estabelecidas pelo Decreto nº 92.100, de 10/12/85, atualizadas através da Portaria nº 2.296, de 23/07/97, doravante denominada simplesmente Práticas da SEAP.

3.5 DIRETRIZES DA JUSTIÇA FEDERAL

3.5.1 A execução dos serviços deverá observar, no que couber, as diretrizes estabelecidas pelo Comitê Técnico de Obras Nacional no Manual para Contratação de Projetos de Arquitetura e engenharia Destinados à Execução de Obras da Justiça Federal, de novembro de 2013.

3.6 LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

3.6.1 A execução dos serviços deverá observar todas as disposições legais do município, em especial, o Código de Obras e o Plano Diretor de Rio Verde.

3.7 OUTROS DISPOSITIVOS APLICÁVEIS

- Resolução CNJ 114 de 20/04/10 - que trata das áreas a utilizadas quando da elaboração de novos projetos de reforma ou construção de imóveis no Poder Judiciário.
- Resolução nº 339 de 10/02/2015 - Dispõe sobre a instituição do Manual de Contratação de Projetos de Arquitetura e Engenharia no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.
- Resolução nº 461 de 06/11/2017 - Dispõe sobre a metodologia de cálculo para o preço máximo a ser pago pela construção de edificações para uso do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus e dá outras providências.
- Resolução nº 479 de 28/02/2018 - Dispõe sobre a instituição do Manual de Sustentabilidade e Eficiência Energética a ser aplicado nas edificações do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.
- Resolução nº 488 de 18/06/2018 - Dispõe sobre a gestão da identidade visual da Justiça Federal e institui o Manual da Identidade Visual da Justiça Federal.
- Resolução nº 523 de 13/02/2019 - Dispõe sobre o planejamento, a execução, o acompanhamento e a fiscalização das obras e aquisição de imóveis, bem como sobre os critérios de priorização para inclusão de ações orçamentárias nos planos de obras regionais e consolidado do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.
- Acórdão nº 1977/2013 - TCU - Plenário - Preço Unitário e Preço Global.
- Acórdão nº 2622/2013 - TCU - Plenário - Definição de BDI.

Lourival Júnio Fonseca Dias
Engenheiro Assessor
GO1376PS

Janaína das Graças Araújo
Engenheira Civil
GO80582

Joaquim Paulino da Silva
Engenheiro Mecânico
GO80569
Supervisor da Seeng/GO



Documento assinado eletronicamente por **Janaina das Graças Araujo, Engenheiro(a)**, em 01/08/2024, às 17:24 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Joaquim Paulino da Silva, Supervisor(a) de Seção**, em 01/08/2024, às 17:34 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Lourival Junio Fonseca Dias, Engenheiro(a)**, em 01/08/2024, às 17:47 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **21016704** e o código CRC **5CAD8BAD**.

Rua 19, nº 244 - Bairro Setor Central - CEP 74030-090 - Goiânia - GO - www.trf1.jus.br/sjgo/

0003174-50.2024.4.01.8006

21016704v4

Criado por [go80582](#), versão 4 por [go80582](#) em 31/07/2024 13:04:41.